

Decisão ORDINÁRIA Nº 6989/2000 Processo TCDF Nº 868/2000

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

SESSÃO ORDINÁRIA Nº 3528, DE 06 DE SETEMBRO DE 2000

PROCESSO Nº 868/00

RELATOR: Conselheiro JORGE CAETANO

EMENTA: Estudo realizado pela 4ª ICE sobre a aplicação da Emenda Constitucional nº 20/98, especialmente quanto à redação dada ao § 3º do art. 40 da Constituição Federal, os reflexos no ato editado com suporte nos Enunciados 53 e 55 das Súmulas de Jurisprudência deste Tribunal, além de outros aspectos considerados pertinentes.

DECISÃO Nº 6989/2000

O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, em parte, e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento da informação de fls. 04/34; II - fixar entendimento uniforme sobre a incorporação das vantagens pessoais aos proventos das aposentadorias proporcionais, bem como a respeito do cômputo do tempo de inatividade, de que tratam os Enunciados 53 e 55 das Súmulas da Jurisprudência do Tribunal, com as modificações introduzidas pela Emenda Constitucional 20/98, na forma a seguir consignada: a) AS VANTAGENS PESSOAIS, nas aposentadorias proporcionais, concedidas com supedâneo nas regras de transição previstas no art. 8º, § 1º, da Emenda Constitucional nº 20/98; submetidas às novas regras previstas no art. 40, § 1º, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98 e com base no artigo 3º da Emenda Constitucional nº 20/98, serão calculadas em sua integralidade, por força do direito adquirido; b) QUANTO AO TEMPO DE INATIVIDADE: b.1) nas aposentadorias concedidas com suporte no artigo 40 da Constituição Federal, com a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98, bem como pelas regras de transição, estatuídas no artigo 8º da referida Emenda, o tempo de inatividade deverá ser computado, até 16/12/98, para efeito de aposentadoria, e, até que lei discipline a matéria, será contado como tempo de contribuição, por força do art. 4º dessa mesma Emenda observadas as condições estabelecidas nos Enunciados 53 e 55 das Súmulas de Jurisprudência do TCDF; b.2) após 16/12/98, o tempo de inatividade não mais poderá ser considerado para fins de aposentadoria, tendo em vista tratar-se de tempo de contribuição fictício, vedado pelo § 10 do artigo 40 da Constituição Federal de 1988, com a nova

redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98; III - nos termos da Portaria nº 249/98, autorizar a consignação de elogio funcional aos Analistas de Finanças e Controle Externo Regis Gonçalves Leite e Paulo Reis Schwendler, pela dedicação e elevado desempenho funcional na realização dos estudos apresentados nos autos.

Presidiu a Sessão: a Presidente Conselheira MARLI VINHADELI. Votaram: os Conselheiros JOSÉ EDUARDO BARBOSA, RONALDO COSTA COUTO, JORGE CAETANO, MAURÍLIO SILVA e MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO. Participaram: o Auditor JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS e a representante do MPJTCDF, Procuradora-Geral MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS.

SALA DAS SESSÕES, 06 DE SETEMBRO DE 2000

PUBLICAÇÃO: DODF de 02/10/2000, págs. 11